

# **FONTES DE FINANCIAMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUBAPROVEITAMENTO DOS RECURSOS VIA BNDES**

Barbara Coscrato Gonçalves<sup>1</sup>

Camila da Silva Macedo<sup>2</sup>

Juliana Leonardo de Oliveira Bergamini<sup>3</sup>

## **RESUMO**

No atual cenário econômico brasileiro a presença dos micro e pequenos negócios faz-se relevante na geração de renda da população brasileira, haja visto que 98,5% dos empreendimentos estabelecidos no país correspondem a esses negócios e participam da geração da renda de 70% dos brasileiros, o que requer atenção quanto à prosperidade e permanência das suas atividades. A taxa de mortalidade que esses negócios enfrentam é elevada principalmente nos primeiros anos de vida e dentre os motivos para isso tem-se o tipo de financiamento por eles utilizado. Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é, por meio de um estudo qualitativo descritivo com procedimentos técnicos bibliográfico e documental, analisar as fontes de financiamento utilizadas pelas micro e pequenas empresas em 2017 e compará-las com a utilização de crédito disponibilizado pelo BNDES. Para tanto, foram coletadas informações da base de dados do SEBRAE, dados estes cujas análises demonstraram o financiamento bancário pouco utilizado e ainda menos o BNDES por desconhecimento ou burocracia. Conclui-se que o BNDES está sendo subaproveitado por falta de conhecimento e pela alta burocracia exigida na contratação dos financiamentos, o que poderia ser trabalhado a fim de melhorar o acesso ao capital e contribuir para a perenidade dos negócios.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Financiamento. BNDES

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: barbaracoscrato@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: camilamacedo96@outlook.com

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Contábeis, Mestre em Controladoria e Contabilidade. Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE. E-mail: ju.bergamini@hotmail.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas são as que mais se desenvolvem no país, e segundo dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para 2017, dos 6,4 milhões de estabelecimentos existentes 98,5% correspondem às micro e pequenas empresas. Ainda, conforme estimativas do SEBRAE, até 2022 o Brasil terá cerca de 17,7 milhões de pequenos negócios, o que supera em 43% o número atual de 12,4 milhões de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas.

A grande relevância dos micro e pequenos negócios resume-se ao fato de que praticamente 99% desses empreendimentos, em 2017, foram responsáveis pela geração de renda de 70% dos brasileiros, conforme afirma o presidente do SEBRAE Guilherme Afif Domingos. Os pequenos negócios, incluindo-se os microempreendedores individuais e as micro e pequenas empresas, representam 27% do PIB brasileiro, de acordo com dados do SEBRAE para o ano de 2017.

Para essas empresas se desenvolverem elas necessitam da captação de recursos financeiros, ou seja, precisam de fontes de financiamento para poderem aplicar no seu negócio, de forma que elas consigam ter um bom desenvolvimento, gerar lucro e permanecerem em atividade.

Porém, embora esses micro e pequenos empreendimentos sejam relevantes para a economia nacional, é árduo e não simples a captação desses recursos, já que existem algumas barreiras a serem enfrentadas, como, por exemplo, altas taxas de juros, burocracia em relação à exigência de documentos contábil e fiscal, falta de garantias, falta de avalista/fiador, desconhecimento de linhas alternativas de financiamento como o BNDES etc.

Partindo-se do contexto relatado sobre a relevância das micro e pequenas empresas para a economia nacional e considerando as possibilidades de financiamento e as dificuldades de acesso ao crédito para desenvolvimento de suas atividades, é apresentado o seguinte problema de pesquisa:

**Ao serem consideradas as diversas fontes de financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE's), quais são as fontes de financiamento por elas mais utilizadas e qual é a relação das MPE's com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)?**

Diante do exposto, o objetivo geral do presente artigo é demonstrar, por meio de um estudo qualitativo descritivo com procedimentos técnicos bibliográfico e documental, quais são as fontes de financiamento utilizadas pelas micro e pequenas empresas em 2017 e compará-las com a utilização de crédito disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no mesmo ano. Como objetivos específicos, têm-se verificar quais são os entraves à captação dos recursos necessários às atividades dessas empresas, quais os tipos de financiamento em destaque no ano de 2017 e analisar a percepção dessas empresas frente aos empréstimos e financiamentos ofertados pelo sistema bancário brasileiro.

A justificativa para a realização desta pesquisa fundamenta-se, portanto, na relevância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira, o que faz necessário um estudo detalhado sobre as fontes de financiamento disponíveis a elas, em especial sobre os recursos via BNDES pelas vantagens oferecidas e muitas vezes desconhecidas pelos empresários. O tipo de fonte de financiamento pode impactar de forma positiva na estrutura dessas empresas possibilitando alavancar os resultados e aumentar a rentabilidade, assim como pode liquidar as operações e culminar em mortalidade dessas empresas.

Espera-se com este trabalho contribuir com um estudo detalhado acerca da estrutura de financiamento dessas empresas de forma a deixar evidente o que pode ser melhorado para o acesso ao crédito, dado que se tais empresas, que contribuem tanto para a economia do país, permanecerem em atividade, os benefícios inerentes a elas serão traduzidos em uma melhora da economia nacional.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Micro e Pequenas Empresas**

Quanto às definições de micro e pequenas empresas, a principal distinção é o faturamento anual de cada segmento. Além disso, a classificação dessas empresas é definida pelo número de funcionários e atividade desempenhada, e com a expansão do negócio podem haver alterações, podendo passar de um segmento para outro.

Para seu funcionamento, é imprescindível que elas sejam regularizadas perante o poder público por meio do Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou

por outro registro como DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), NIRF (Número do Imóvel na Receita Federal) e Inscrição Estadual, segundo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Conforme a Lei Complementar nº 123 de 2006, são consideradas microempresas aquelas que auferirem em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). No caso de empresa de pequeno porte, serão consideradas aquelas que auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Já pelo SEBRAE, a principal diferença entre os dois segmentos se dá pelo número de funcionários. Dessa forma, microempresa é aquela que emprega até 9 pessoas no caso do comércio e serviços, ou até 19, no caso dos setores industrial ou de construção. Já a pequena empresa ou empresa de pequeno porte é aquela que emprega de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços, e 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também possui sua classificação particular para micro e pequenas empresas, classificação esta utilizada para concessão de crédito às mesmas e com base nos parâmetros de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Pelo BNDES, microempresa é aquela que possuir receita bruta anual de até R\$ 1,2 milhão e pequena empresa a que possuir receita bruta anual superior a R\$ 1,2 milhão e inferior a R\$ 10,5 milhões.

### **2.1.1 Relevância das Micro e Pequenas Empresas**

As micro e pequenas empresas possuem um papel muito significativo para alavancar o desenvolvimento do país, perante pesquisa do SEBRAE em 2017, em cinco anos o número de pequenos negócios aumentará 43%, e até 2022 o Brasil terá cerca de 17,7 milhões de pequenos negócios, sendo assim mais de um milhão de novos empreendimentos por ano, segundo estimativa do SEBRAE. Elas constituem-se como uma das principais geradoras de riqueza do comércio no Brasil, assim ampliando o mercado de empregos e aumentando a economia.

As maiores concentrações dessas empresas encontram-se na região Sudeste representando 48% do total desse público, tendo os três maiores estados em números

de pequenos negócios, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro ainda conforme pesquisa do SEBRAE (2017).

Considerando o atual cenário brasileiro de desemprego, com a apuração pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de um índice de desemprego, elevado, de 12,7% para o trimestre encerrado em maio de 2018, tem-se nas micro e pequenas empresas elementos propulsores da economia nacional, dado que elas ocupam 99% dos estabelecimentos existentes no país (SEBRAE, 2018). Com isso, as MPE's respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado.

As micro e pequenas empresas são, portanto, as que mais empregam pessoas, abrangendo desde os analfabetos até pessoas inseridas no nível de ensino superior, não tendo discriminação social e contribuindo com a diminuição do desemprego. Elas atuam em todas as partes da sociedade no país, principalmente nas partes mais desfavorecidas, conforme Bertasso (2010 apud Silva, 2017).

### **2.1.2 Taxa de Mortalidade**

As MEP's por mais que sejam importantes para a economia do país, enfrentam alta taxa de mortalidade (RODRIGUES, 2017). Entretanto, embora a taxa de mortalidade ainda seja alta nos dias atuais, a mesma tem decrescido (JUNIOR, 2017).

Conforme Junior (2017), a partir de 2014 a taxa de mortalidade das MPE's subiu nos primeiros anos de vida dos exercícios de 2015 e 2016 em decorrência das fortes retrações que a economia brasileira sofreu. Como as micro e pequenas empresas são responsáveis pela alta empregabilidade e por mais de um quarto do PIB nacional, A sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país

Segundo Santini et al (2015 apud RODRIGUES, 2017) existem diversos fatores que levam a essa taxa de mortalidade, apontando-se falta de clientes, falta de capital de giro, obrigações tributárias e pouca experiência do proprietário, o que acaba por ocasionar o encerramento das MEP's.

Para Ferreira et al. (2012) não há uma uniformidade na mortalidade das empresas, como por exemplo, algumas empresas encerram as atividades com dívidas, algumas encerram para evitar perdas e dívidas, outras são alienadas ou convertidas em outras atividades e deixam de continuar por qualquer outro motivo.

Conforme retrata o SEBRAE (2018) a mortalidade dessas empresas se deve a uma combinação de fatores em quatro grandes áreas: a situação do empresário antes da abertura, o planejamento dos negócios, a capacitação em gestão empresarial e a gestão do negócio em si.

A falta de planejamento estratégico para Mendonça (2017) é evidente em micro e pequenos empresários em decorrência da falta de qualidade dos gestores e da falta de conhecimento da importância do planejamento estratégico pelos diretores das empresas, o que impacta no aumento de suas taxas de mortalidade.

Pelo SEBRAE (2018), as maiores enfrentadas no primeiro ano de vida das MPE's é a falta de clientes, a falta de capital, a falta de conhecimento, mão-de-obra e tributos. Embora o Simples Nacional seja o regime de tributação que permite maior taxa de sobrevivência destas empresas em relação às empresas não optantes, as MPE's pontuam como principais fatores para o não fechamento das mesmas menos impostos e encargos (52%), mais clientes (28%), crédito mais facilitado (21%) e melhor planejamento do negócio (18%) (SEBRAE, 2018).

## **2.2 Capital de Giro**

Segundo Hoji (2014 apud FERREIRA 2017) o capital de giro é uma ferramenta que ajuda a financiar o ramo de atividade de uma empresa, ou seja ele gira dentro dela financiando seu ciclo operacional, desde a compra de matéria-prima até o momento de venda e recebimento da mesma.

Dessa forma o capital de giro pode ser considerado como uma fonte de recursos financeiros que gira várias vezes dentro da empresa, ajudando a mesma a manter seu ramo de atividades (FERREIRA, 2017).

Para Ferreira (2017) o capital de giro é conhecido também como capital circulante líquido, ou seja, é a diferença entre ativo circulante e passivo circulante, no qual o ativo circulante são todos os investimentos que a empresa teve em curto prazo e o passivo circulante são as fontes de financiamento que obteve em curto prazo. Essa diferença demonstra o quanto a empresa possui de capital para poder pagar pelo giro de suas transações e se há excedente de recursos gerados pelas operações.

## **2.3 Recursos Financeiros**

Comumente as instituições financeiras correspondem às principais fontes de financiamento para as empresas, porém, existem alternativas de recursos disponíveis aos empresários de micro e pequenas empresas. Como exemplos de alternativas, têm-se o capital próprio, o qual nem sempre está disponível a estas empresas e linhas de crédito para pesquisa e inovação, assim como para financiamento do capital de giro, linhas estas disponibilizadas por agências de fomento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) surge como uma importante opção de financiamento das necessidades tanto de curto quanto de longo prazo especialmente pelas taxas de juros reduzidas, as quais costumam ser mais interessantes do que as fornecidas pelas instituições financeiras tradicionais.

As fontes de financiamento que as micro e pequenas empresas têm acesso para crescer e se desenvolver ou até mesmo para abrir seu negócio de imediato são, portanto, várias. Segundo pesquisa do SEBRAE (2017), as empresas optam mais em investir no seu capital de giro, em que 53% das empresas do Brasil usam esse recurso e 36% para compra de mercadorias, onde os recursos utilizados para capital de giro é maior que para ações de investimento. Tem-se, dessa forma, que o crédito disponibilizado pelas instituições financeiras de curto prazo são empréstimos de capital de giro, enquanto os de longo prazo estão associados a investimentos.

Essas empresas procuram diversos tipos de recursos, entre eles além do capital de giro que é o mais procurado, também buscam recursos para compra de mercadorias para revenda, ampliação do negócio, compra de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de novos produtos, por exemplo. A seguir serão expostas as principais fontes de financiamento às micro e pequenas empresas.

### **2.3.1 Fontes de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas**

Considera-se como um dos temas mais relevantes para as micro e pequenas empresas o acesso ao crédito. Ter acesso ao capital é relevante tanto no momento da abertura da empresa, quanto no momento após a estabilização das atividades, já que o bom gerenciamento do capital captado pode alavancar os empreendimentos.

Segundo o SEBRAE (2017), o BNDES é uma das fontes de financiamento utilizadas por 21% das MEP's, onde as linhas de financiamento utilizadas são 70% para cartão de crédito do BNDES, 22% para Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), 9% para Progeren (Financiamento do capital de giro) e 5% para BNDES automático. O restante das MPE's que não utilizam esse recurso 45% diz que nunca precisou, 18% não conhecem, 17% tentaram mais não conseguiram e 7% acharam burocrático.

As fontes de financiamento que mais estão sendo utilizadas no ano de 2017 pelas microempresas é a negociação de prazo com os fornecedores onde equivale a 53%, o cheque pré-datado com 28% e o cheque especial 29%, tem ainda os empréstimos com bancos comerciais privados e os bancos oficiais com 11% cada.

Os bancos que mais são utilizados por essas empresas são o Banco do Brasil que representa 20%, o Itaú com 19%, e o Bradesco e a Caixa com 19%. Os outros bancos tem um percentual menor de utilização, tendo o Santander participação 9%, o SICCOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) e o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) com 4%, o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) com 2%, Banco da Amazônia com 0,2% e Outros com 4%.

## **2.4 Entraves ao Acesso de Capital**

Mesmo as micro e pequenas empresas necessitarem de recursos, ainda persiste uma certa dificuldade para consegui-lo, já que vários fatores proporcionam uma barreira a ser atravessada, onde a taxa de juros ainda é muito elevada, sendo o principal obstáculo na hora de obter o financiamento. Segundo o SEBRAE (2017), mais de 51% dos empresários optam por não realizar o financiamento pelo fato de a taxa de juros não ser vantajosa.

Outros vários empecilhos também são considerados como barreira, como a falta de garantias reais, falta de avalista, falta de documentação contábil e fiscal, sendo todos esses fatores impeditivos ao financiamento da micro e pequena empresa. Algumas conseguem seus financiamentos sem nenhuma barreira, porém, a representatividade é de 19% do total em 2017, porcentagem inferior à apurada em 2015 e 2016 (SEBRAE, 2017).

### **2.4.1 Endividamento**

O auto nível de endividamento também subiu junto com as dificuldades de conseguir um financiamento. O número de empresas inadimplentes aumentou significativamente em todo o país, com estudos que apontam grandes dificuldades para que essas empresas saiam da lista de devedores, sendo grande parte dessa lista empresas prestadoras de serviços.

Mesmo com o fato de essas empresas impulsarem a economia do país de uma forma bem benéfica, elas se encontram em perigo de falência, pois a crise no país somente dificulta essa fase.

Conforme pesquisa do SEBRAE (2017), as empresas consideradas de pequeno porte são as que mais encontram-se inadimplentes com um percentual de 52,1% mesmo respondendo por uma maior parte de empréstimos em 2017.

Tem-se, portanto, que as micro e pequenas empresas atualmente continuam com uma alta taxa de inadimplência, o que diminui a confiança dos bancos a cada vez que o endividamento aumenta. Assim, os bancos buscam através de análises de crédito atribuir uma classificação de risco às empresas como meio de proteção dos recursos dessas instituições financeiras.

## **3 METODOLOGIA**

Para Gil (2008) as pesquisas podem ser segregadas quanto aos seus objetivos e quanto aos seus procedimentos técnicos de coleta de dados. O desenvolvimento do presente artigo quanto aos seus objetivos baseia-se em uma pesquisa descritiva e quanto aos seus procedimentos técnicos de coleta de dados em pesquisa bibliográfica e documental. Tem-se, portanto, uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e com procedimentos bibliográfico e documental.

Cabe à pesquisa descritiva descrever as características de determinados fenômenos por meio da coleta de dados (Gil, 2008). Os dados desta pesquisa foram coletados da base de dados do SEBRAE para o período de 2017 e são referentes às fontes de financiamento das micro e pequenas empresas brasileiras.

Pela pesquisa documental, tem-se o tratamento analítico dos dados extraídos dos documentos do SEBRAE e conforme os objetivos deste artigo. Por fim, para o

embasamento teórico deste artigo foi necessária a pesquisa bibliográfica, a qual suportou as suposições e análises realizadas.

## **4 RESULTADOS**

O estudo do perfil de financiamento das micro e pequenas empresas durante o ano de 2017 por meio de informações disponibilizadas pelo SEBRAE permitiu importantes constatações. A primeira refere-se ao endividamento das MPE's, sendo as empresas de pequeno porte com um endividamento de 52,1%, enquanto as microempresas com endividamento de 35,3%.

Ainda, pelo SEBRAE (2018), de forma geral a utilização de crédito pelas micro e pequenas empresas vem decaindo continuamente como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2016 em virtude do quadro econômico nacional adverso. Em consequência disso, o percentual do saldo total de crédito decaiu de 53,7% ao final de 2015 para 46,6% em maio de 2018, e o percentual de micro e pequenas empresas que tentaram obter financiamento bancário até maio de 2018 correspondeu a apenas 17% (83% não tentaram obter financiamentos ou empréstimos em bancos), o que é 30% a menos do percentual apurado em 2015.

Esse resultado deve-se, além da conjuntura econômica nacional, às dificuldades de acesso ao crédito principalmente pela elevada taxa de juros bancária – 51% dos empreendedores consideram esse o grande obstáculo (SEBRAE 2018).

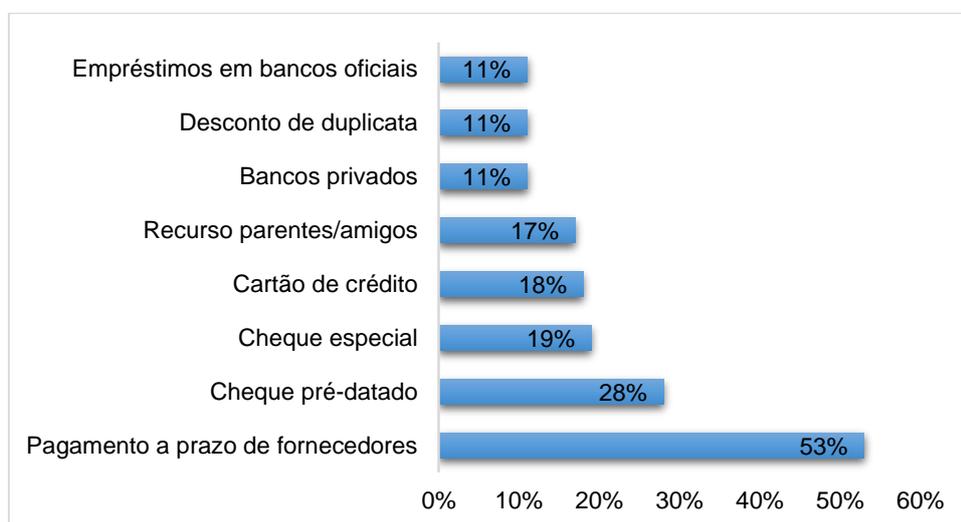
Nos últimos anos as MPE's deixaram de optar pelos empréstimos bancários, cujas maiores razões, além da elevada taxa de juros, foram decorrentes da não necessidade (39%), da não preferência por dívidas (16%) e, por fim, da falta de confiança nas políticas econômicas do país (15%) (SEBRAE, 2017).

Quanto às formas alternativas de financiamento, as MPE's avaliam melhor as cooperativas de créditos do que os bancos tradicionais para captarem recursos, em que de uma escala de 0 a 10, as cooperativas que obtiveram melhores resultados de empréstimos foram o SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) com nota 8,6 e o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) com nota 8,3. Já bancos comerciais não foram bem avaliados, como o Bradesco, o qual obteve nota 6,9 e o Banco do Brasil nota 6,8. Pode-se notar que no período de 2013 a 2017 as MPE's

pioraram a classificação dos serviços de empréstimos e financiamentos bancários de 28% para 54%, de acordo com SEBRAE (2018).

Enquanto o financiamento via bancos comerciais não é expressivo, tem-se como grandes aliados dos micro e pequenos empreendedores os seus fornecedores. O financiamento via pagamento a prazo a fornecedores corresponde ao tipo de financiamento das operações mais utilizado, com 53% de acordo com o SEBRAE (2017). Na sequência, encontram-se o uso de cheque pré-datado (28%), o uso de cheque especial (19%), o cartão de crédito (18%) e, por fim, recursos oriundos de parentes ou amigos (17%). O gráfico abaixo evidencia os fatos enunciados acima:

**GRÁFICO 1 - Principais Tipos de Financiamento das MPE's em 2017**



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SEBRAE (2018)

Em relação ao uso dos financiamentos bancários, apenas 11% destes financiamentos são feitos pelos bancos, sendo que seis grandes bancos foram os responsáveis por 81% dos empréstimos concedidos às MPE's em 2017, dentre eles o BNDES com participação de 19% na concessão de financiamento, conforme relatórios do SEBRAE (2018).

De acordo com o SEBRAE (2017), das MPE's 21% já utilizaram as fontes de financiamento fornecidas pelo BNDES. O baixo percentual de utilização deve-se a fatores externos e fatores que cabem ações para melhorar, conforme tabela abaixo:

**TABELA 1 - Principais Motivos para não utilizar financiamento via BNDES**

| <b>Fatores externos</b>            | <b>Percentual</b> |
|------------------------------------|-------------------|
| Não precisou                       | 43%               |
| Não conhece                        | 17%               |
| <b>Fatores a serem trabalhados</b> |                   |
| Tentativa sem êxito                | 10%               |
| Burocracia                         | 7%                |
| <b>Outros</b>                      | 23%               |
| <b>Total</b>                       | <b>100%</b>       |

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SEBRAE (2018)

Conforme exposto na tabela acima, das MPE's que não utilizam as fontes de financiamento do BNDES, 43% alegaram que nunca precisaram enquanto 17% que não possuem conhecimento. Outra estatística recai sobre 10% dessas empresas que já tentaram, porém não conseguiram, pois passaram por algumas dificuldades das quais não sabem nem o porquê, além de alegarem que existe muita burocracia e que não se enquadraram nos critérios exigidos, de acordo com o SEBRAE (2017).

Ainda, conforme apontam dados de pesquisa realizada pelo FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 2017, as MPE's não conseguem financiamento junto ao BNDES pelo excesso de documentos exigidos, o que corrobora com o apontado pelo SEBRAE referente à burocracia. Além disso, foi verificado como fatores impactantes a exigência de elevadas garantias para conseguir o recurso e o banco não fornecer a linha de financiamento de que necessita a MPE.

Quando a MPE obtém sucesso na captação de recursos via BNDES, a maior parte é utilizada para financiamento da produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos do setor agropecuário. Este produto é denominado BNDES Finame Agrícola. Se for somente o BNDES Finame, outra modalidade bastante contratada, tem-se sua utilização para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação, credenciados pelo BNDES. O Cartão BNDES é bastante utilizado também para a aquisição de produtos credenciados pelo banco, com uma linha de crédito pré-aprovada.

Quanto ao destino dos recursos captados pelas MPE's, tem-se que a maior parte deles é utilizada no financiamento do capital de giro, ou seja, utilizada nas operações cotidianas das empresas. Em seguida, com 36%, tem-se o uso dos recursos para compra de estoques para revenda e, com 32%, encontram-se o uso

dos recursos para melhorias e ampliação do negócio e aquisição de máquinas e equipamentos. Este último está alinhado ao expressivo uso dos recursos via BNDES nas modalidades BNDES Finame Agrícola e BNDES Finame.

**GRÁFICO 2 - Finalidades de Novo Empréstimo / Financiamento**



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SEBRAE (2018)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo visou, além da relevância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico e social do país e os impactos negativos à continuação de suas atividades quanto ao tipo de financiamento adotado, demonstrar como elas se financiaram em 2017. Os impactos negativos podem culminar em altas taxas de mortalidade dessas empresas, o que é traduzido pelos elevados percentuais apontados no trabalho.

Pelos resultados apurados, verificou-se que o financiamento predominante em 2017 é a negociação da dívida com fornecedores e outras constatações interessantes foram o uso de cheque especial e de cartão de crédito para financiamento das operações. Os juros excessivos do uso de cheque especial e do cartão de crédito, caso as faturas não sejam pagas em sua integridade, podem ocasionar dívidas ainda maiores às empresas e, com isso, dificultar o pagamento das obrigações.

Outras fontes de financiamento, menos expressivas, referem-se aos bancos privados e às cooperativas de crédito. Atualmente, as micro e pequenas empresas vêm aumentando os financiamentos por meio dessas cooperativas e diminuindo os financiamentos via sistema bancário devido à instabilidade econômica do país e os altos juros cobrados pelos bancos tradicionais.

Uma alternativa menos onerosa seria o uso das linhas de crédito via BNDES, porém, foi constatado que essas linhas não são muito utilizadas principalmente por muitos empresários não conhecerem, pela excessiva burocracia na contratação do financiamento e por não conseguirem os recursos em função da cobrança de elevadas garantias.

Constatou-se, portanto, que as micro e pequenas empresas encontraram-se bastante endividadas em 2017, ou seja, utilizaram-se mais das dívidas do que de recursos próprios para financiarem as suas operações. Dessa forma, é preciso adequado conhecimento das fontes de financiamento para verificarem qual opção melhor se encaixa às necessidades de cada negócio.

Entretanto, para maior facilidade de acesso ao capital é imprescindível que recursos mais baratos como os disponibilizados pelo BNDES sejam de conhecimento dessas empresas. Políticas de incentivo à captação de recursos pelo BNDES e de maiores e melhores informações sobre o banco são necessárias para que uma parcela maior de micro e pequenas empresas conheça e se beneficie desse recurso.

Se esse importante segmento para a economia brasileira tiver maior acesso ao capital menos custoso necessário às suas atividades, isso permitirá que as empresas continuem operando e contribuindo para o desenvolvimento do país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, **Diário Oficial da União**, 15 dez. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

FERREIRA, L. F. F.; OLIVAL, F. L.; SANTOS, S. A.; GRISILL, C. C. H.; LIMA, A. C. (2012). Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v19n4/a11v19n4>>. Acesso em: 10 junho de 2018.

FERREIRA, Joice Lessa. **Análise do capital de giro**: um estudo de caso em uma confecção do sul de Santa Catarina. Criciúma: Universidade Estadual de Goiás,

2017. Disponível em:

<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5820/1/Joice%20Lessa%20Ferreira.pdf>>.

Acesso em: 20 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, Antônio Everton. **Avanços importantes para as micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro, 2018.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira. **O planejamento estratégico como ferramenta: um estudo sobre a eficiência das micro e pequenas empresas brasileiras**. 2017.

RODRIGUES, Ivone Ramos. **A importância das microempresas (ME) no atual cenário econômico brasileiro**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8951-26471-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8951-26471-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso em: 09 abri. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Crédito**. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/credito/#2017>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. Disponível em: <[https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD](https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SILVA, Patricia Souza. **Pequenos negócios no Brasil: Um estudo das causas de sobrevivência e mortalidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24507/1/MONOGRAFIA.PATRICIA.SOUZA.SILVA.2017.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018